



N A V E G A R



P R E C I S O



A TRAJETÓRIA DO GRUPO DE TRABALHO  
INTEGRADO DIVERSIDADES DE GÊNERO  
E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS  
DA COMISSÃO REGIONAL DE DIREITOS  
HUMANOS DO CONSELHO REGIONAL DE  
PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

organização

Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ

# NAVEGAR É PRECISO:

a trajetória do Grupo de Trabalho Integrado  
Diversidades de Gênero e Relações Étnico-  
Raciais da Comissão Regional de Direitos  
Humanos do Conselho Regional de Psicologia  
do Rio de Janeiro



Conselho Regional de Psicologia  
do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro,  
2016

CRP05

## Escreventes:

JANNE CALHAU (CRP 05/1608)

MARIA CONCEIÇÃO (CRP 05/26929)

MAIARA FAFINI (CRP 05/43721)

## Projeto Gráfico e Diagramação:

MARCOS LEME (LESTE) & JULIA LUGON (CCS/CRP-RJ)

© 2016 by COMISSÃO REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS DO  
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO  
(CRDH/CRP-RJ)

Navegar é preciso: a trajetória do Grupo de Trabalho Integrado Diversidades de Gênero e Relações Étnico-Raciais do Conselho Regional de Psicologia e Rio de Janeiro

Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ [org.].

Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia 5ª Região, 2016.

ISBN 978-85-61280-08-6

Contém Referências

1. Psicologia. 2. Diversidade. I.CRP-RJ. II.Navegar é preciso: a trajetória do Grupo de Trabalho Integrado Diversidades de Gênero e Relações Étnico-Raciais do Conselho Regional de Psicologia e Rio de Janeiro - 1ª edição.

Conselho Regional de Psicologia 5ª Região,  
R. Delgado de Carvalho, 53 - Tijuca, Rio de Janeiro/RJ,  
<http://www.crprj.org.br>, E-mail: [crprj@crprj.org.br](mailto:crprj@crprj.org.br),  
Tel.: (21) 2139-5400

# SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b>	<b>04</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>08</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>HISTÓRICO</b>	<b>14</b>
<b>O PERCURSO: AVANÇOS E RECUOS DE UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA</b>	<b>18</b>
<b>O PROJETO</b>	<b>48</b>
<b>A TÍTULO DE CONCLUSÃO</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>62</b>
<b>XIV PLENÁRIO</b>	<b>63</b>
<b>MEMBROS DO GT INTEGRADO DIVERSIDADES DE GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS</b>	<b>64</b>



# EDITORIAL

“Navegar é preciso...” Começa assim a narrativa da trajetória do *GT Integrado Diversidades de Gênero e Relações Étnico-raciais*. Evocamos imediatamente os versos de *Os Argonautas*<sup>1</sup>, linda música de Caetano Veloso que nos remete ao grande poeta português Fernando Pessoa e ao seu belo poema<sup>2</sup>, que por sua vez nos lança à época em que os romanos viviam ativamente o processo de expansão econômica e territorial, no século I a.C., pois, como contam as narrativas de Plutarco, o general romano Pompeu, por volta dos anos 70 a.C., incumbido de transportar trigo das províncias para garantir a sobrevivência da cidade de Roma, proferiu a célebre sentença “navegar é preciso, viver não é preciso”<sup>3</sup>.

---

1 Os Argonautas – música e letra de Caetano Veloso, álbum Caetano Veloso, Polygram, 1969.

2 PESSOA, Fernando. Obra poética. Organização de Maria Aliete Galhoz. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

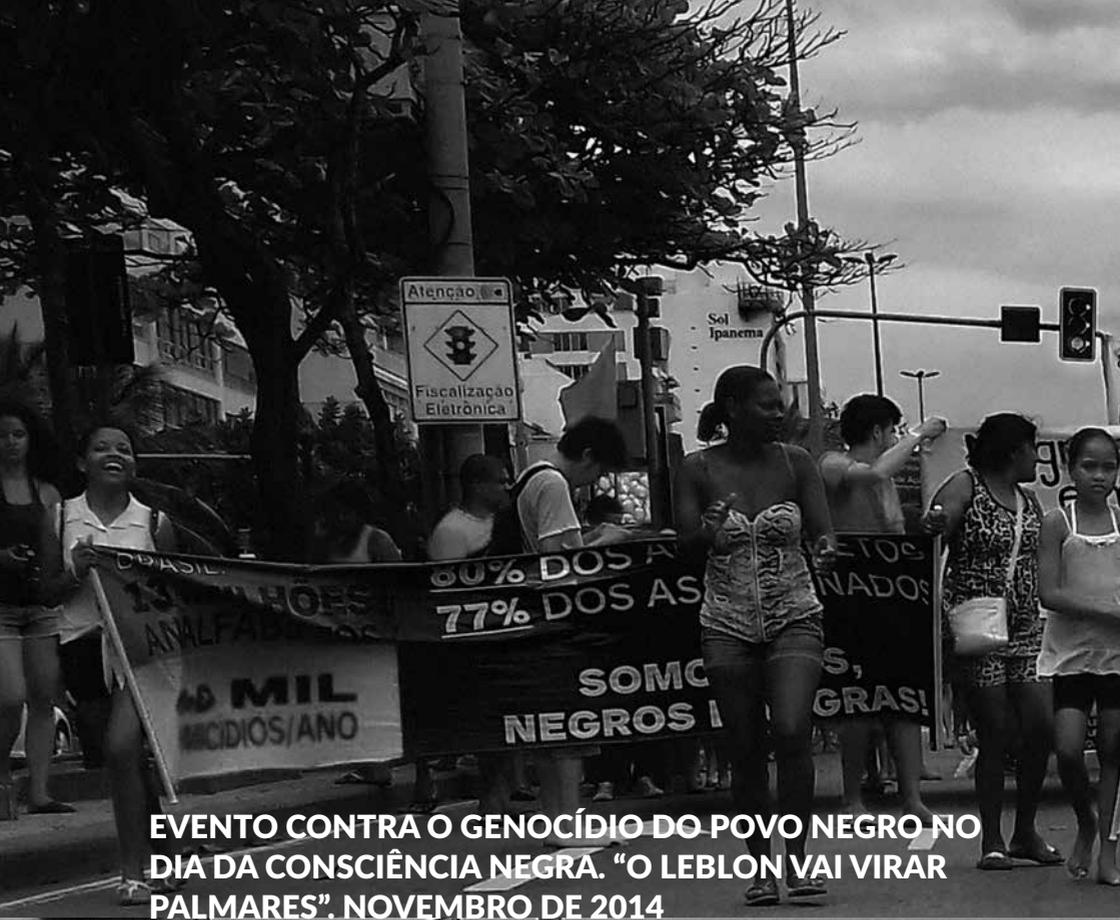
3 “Navigare necesse; vivere non est necesse” - latim, frase de Pompeu, general romano, 106-48 a.C., dita aos marinheiros amedrontados que se recusavam a viajar durante a guerra (cf. Plutarco, in *Vida de Pompeu* - Ed. das Américas, 1962).

Retornando nessa espiral do tempo aos dias atuais, sublinhamos que este escrito que lerão a seguir é um autêntico diário de bordo, como convêm a navegadores sem porto previsível de chegada, sob a forma de relatos. Relatos são maravilhosos, circulam por linhas quentes, relatos afetam, relatos são experiências vivas não assépticas, relatos são potentes e também nos tornamos potentes afetados pelos relatos. Somos contagiados, nos identificamos e humanizadamente – no melhor sentido da palavra – desejamos compartilhar.

Parafraseando Pompeu e os dizeres poéticos de Caetano e Pessoa, *navegar é preciso, viver não é preciso*, diríamos: *viver não é suficiente; é necessário criar vida*. Maiara e Conceição se apropriaram, sem pudores, do espírito destas frases no belo relato que produziram.

Janne Calhau Mourão

Presidente da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ (XIV Plenário)



**EVENTO CONTRA O GENOCÍDIO DO POVO NEGRO NO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA. "O LEBLON VAI VIRAR PALMARES". NOVEMBRO DE 2014**







# A P R E S E N T A Ç

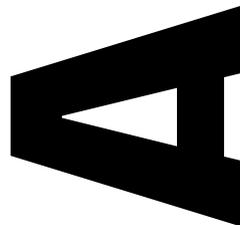
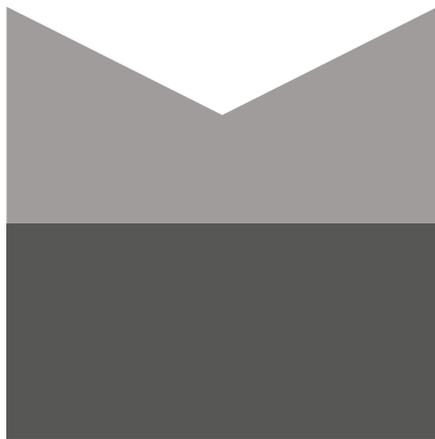
Após um ano do encerramento das atividades do Grupo de Trabalho Integrado - “Diversidades de Gênero e Relações Étnico-raciais” – o *GT Integrado* –, finalmente fazemos chegar ao público, especialmente aos profissionais e estudantes de psicologia, um breve relato do que se pensou como experiência inovadora. Ao fim e ao cabo da jornada, confirmamos aquilo que já pressentíamos desde quando nos propusemos a empreendê-la: “navegar é preciso”.

Navegar, sobretudo, de forma pouco comum, ou seja, sem um roteiro pré-definido, mas construindo um caminho a partir do próprio caminhar. Tarefa fácil? Não! Principalmente quando somos instados a “mostrar serviço”, já que estamos no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro e o lugar que ocupamos exige-nos dar respostas não prontas a questões espinhosas, como as que foram objeto de reflexão do *GT Integrado*.

Optamos por caminhos pouco (ou nada) convencionais porque nos interessava problematizar o modo como tradicionalmente se tem conduzido as discussões, mesmo no âmbito da Psicologia e do Sistema Conselhos, sobre racismo, homofobia, lesbofo-



Ã O



bia, transfobia e tantas outras formas de discriminação e preconceito. Quisemos com nossa aventura produzir nas (os) psicólogas (os) uma inquietação frente à violência institucionalizada, à banalização das mortes, ao extermínio de jovens negros, travestis e povos originários. Enfim, mais do que produzir inquietação, fazer um chamamento para o enfrentamento dessa realidade a partir da afetação. Se de fato isso nos afeta, já não é mais possível ser psicóloga (o) sem comprometer-se ética e politicamente com a defesa dos direitos humanos.

Esta foi também uma experiência inovadora e renovadora para nós: expôs algumas de nossas fragilidades e dificuldades frente ao já instituído, às ondas do mar bravo. Navegar é sempre preciso quando se tenta vislumbrar possibilidades singulares de ser e estar psicóloga(o).

Maria da Conceição Nascimento

Coordenadora do GT Integrado Diversidades de Gênero e Relações Étnico-raciais



# **I N T R O D U Ç Ã O**

Nas últimas décadas temos presenciado nas mídias e nas pesquisas o aumento considerável de violências contra populações específicas: moradores das periferias das cidades e/ou em situação de rua, homossexuais, travestis, indígenas, quilombolas etc. São cada vez mais ostensivas as manifestações de racismo, preconceito e intolerância religiosa e assustadora a eliminação sumária desses indivíduos.

Notícia referente a uma publicação de um estudo do IPEA<sup>1</sup> sobre racismo no Brasil aponta os negros como grupo mais vulnerável. Há grande desigualdade entre brancos e negros no que diz respeito à segurança pública, por exemplo. Esta desigualdade é explicitada pelas maiores taxas de vitimização da população negra. Pode-se tomar como referência a taxa de homicídios, que aponta que o número de adolescentes negros vítimas de homicídio é 3,7 vezes maior em comparação aos adolescentes brancos. Pelo levantamento do mesmo instituto, a expectativa de vida de um homem brasileiro negro é menos que a metade de um branco. A conclusão é que a cor aumenta a vulnerabilidade dos negros, que têm 8% a mais de chances de se tornarem vítimas de homicídios do que brancos, mesmo apresentando as mesmas condições de escolaridade e características socioeconômicas. Ao levar em conta agressões por parte de policiais, de acordo com a Pesquisa

---

1 Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ipea-jovem-negro-tem-3-7-vezes-mais-risco-de-homicidio,1086908>>.

Nacional de Vitimização do IBGE<sup>2</sup>, 6,5% dos negros que sofreram uma agressão no ano anterior (2009) tiveram como agressores policiais ou seguranças privados (que muitas vezes são policiais trabalhando nos horários de folga), contra 3,7% dos brancos.

Da mesma forma, a violência homofóbica e a transfóbica continua em ascensão no Brasil, em todas as regiões. Dos assassinatos de pessoas transexuais relatados no mundo, a América Latina é responsável por quase 80%. Infelizmente, mais da metade dessas mortes ocorrem no Brasil, onde há relato de 550<sup>3</sup> pessoas trans mortas desde 2008. De acordo com os dados levantados pelo Grupo TransRevolução (RJ) / RedTrans Brasil em 2013, no Brasil 121 pessoas trans foram assassinadas (o que inclui apenas dados noticiados e confirmados).

---

2 BRASIL. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Apud Oliveira Junior & Lima, 2013.

3 Apesar de preocupantes, ativistas da comunidade de pessoas trans acreditam que estes números possam ser maiores, já que muitas travestis e transexuais são classificadas nos boletins como homossexuais ou homens que fazem sexo com homens. Outro obstáculo é a falta de estrutura para um acompanhamento preciso destes números dentro do país.

Além disso, há registro de 11 pessoas não confirmadas, o que eleva o número total de pessoas trans assassinadas para 132<sup>4</sup>. As leis orgânicas municipais e estaduais de reconhecimento das identidades de gênero em relação às travestis e transexuais estão sendo violadas por questões de preconceito e desinformação.

Em consideração ao aumento do racismo, sexismo, homofobia e transfobia nas últimas décadas no Rio de Janeiro e ao recrudescimento da violência contra os povos originários e comunidades remanescentes de quilombos, este Grupo de Trabalho se propôs também a pesquisar e discutir de que maneira a psicologia e a(o)s psicóloga(o)s podem contribuir para o debate sobre sua responsabilidade social frente a estas temáticas.

---

4           Dados divulgados em 2013, citados em <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3800>>



**H I S T Ó R I C O**

# H

A criação do GT Integrado *Diversidade de Gênero e Relações Étnico-Raciais* no âmbito do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), com o objetivo de trabalhar as temáticas de gênero e raça<sup>5</sup> junto às (aos) psicóloga(o)s e estudantes de psicologia, se insere no contexto da luta contra todas as formas de discriminação e intolerância religiosa e/ou cultural. Consideramos ser importante frisar que o objetivo ao qual nos referimos diz respeito ao compromisso do CRP-RJ com a defesa dos direitos humanos, através das ações encaminhadas pela Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH). Tais ações visam dar continuidade ao trabalho que, já há algum tempo, tem se desenvolvido neste Conselho; a novidade diz respeito à tentativa de buscar uma metodologia que envolva os profissionais e estudantes supracitados no debate para encaminhamento de propostas de enfrentamento às diferentes formas de discriminação e preconceito.

Temos constatado que, nos últimos anos, a ocorrência de atitudes e ações pautadas no preconceito e no racismo contra populações específicas têm sido cada vez mais comuns, tanto em nível individual quanto institucional. São constantes as violações de direitos contra vidas e modos de existência considerados inferiores pelas subjetividades dominantes. Mais do que habituais, tais violações, em grande parte cometidas pelo poder público, estão sendo naturalizadas, ou seja, tem sido comum a busca por uma justificativa para as mesmas, responsabilizando os próprios atingidos pelo que lhes acontece. Os alvos da violência do Estado ou dos ditos

---

5 Para além de diversidade sexual, incluímos aqui as diversas identidades de Gênero; de igual modo, na categoria “Raça” incluímos as diferentes etnias, comunidades tradicionais, quilombolas, ciganos etc.

“cidadãos de bem” podem, inclusive, ser mortos, livrando assim a sociedade da ameaça das “classes perigosas”<sup>6</sup>. Sendo assim, tais mortes são aceitáveis dentro de um projeto de ordenação social apresentado como solução para a pobreza, o desemprego, a falta de moradias, a violência urbana etc.

Cumpramos destacar que, ao nos referirmos às ações mais extremas, estamos chamando a atenção para dois fatos que se dão em uma sociedade desigual: o tratamento explicitamente desumano e a naturalização de situações nas quais a discriminação se dá de forma velada. No primeiro caso incluímos aqueles que, por não expressarem a ideia hegemônica de “humanidade”, não são reconhecidos como sujeitos de direitos e por isso são tratados com intolerância e desprezo; no segundo caso a violação de direitos ocorre sem nos darmos conta da mesma porque esta se dá no nosso cotidiano, inclusive no exercício profissional, quando se discrimina em razão da raça, etnia, orientação sexual, religião etc. Trata-se aqui de uma discriminação não explícita, aquela que se dá pela falta de serviços adequados àqueles “outros”. Temos assim descrito o que é definido como Racismo Institucional (RI).

---

6 A expressão *classes perigosas* surgiu no século XIX. “Segundo Guimarães, desde 1849, Mary Carpenter utilizou essa expressão para referir-se a pessoas que haviam passado pela prisão ou aquelas que mesmo não tendo sido presas, caracterizar-se-iam por viver de ‘pilhagens’ e estavam fora do mercado de trabalho imposto e criado pelo capitalismo. Tem-se aí a gênese da célebre associação de pobreza com periculosidade. Mary Carpenter, autora inglesa conhecida por seus trabalhos sobre matéria criminal” (COIMBRA, 2001).

Como estudiosos do tema e profissionais *psi* perguntamos: quem são os “outros”, os alvos da “falta de atenção” também da psicologia e dos psicólogos? Dizemos falta de atenção não de forma acusatória, mas dando o destaque devido por ser esta a razão e objetivo deste Grupo de Trabalho: conclamar a categoria a olhar para a especificidade da realidade desses “outros”, os que constituem o grande contingente populacional que busca os serviços públicos. É preciso não esquecer que toda e qualquer forma de opressão e discriminação produz subjetividade.

A partir, então, dessa compreensão da realidade, vimos a importância de ampliar o debate com conselheiros e colaboradores do CRP-RJ, com profissionais e estudantes de psicologia e demais interessados no tema, tendo como foco o enfrentamento a todas as formas de preconceito e discriminação. Estabelecemos para tal um calendário de atividades a serem desenvolvidas na sede e subsedes do CRP-RJ e/ou em outros locais, em parceria com outras instituições ou organizações, bem como pelo apoio a iniciativas da sociedade voltadas para a defesa dos direitos humanos.



**O**



**P**



**E**



**R**



**C**



**U**



**R**



**S**



**O:**



**R**



**E**



**C**



**U**



**O**



**S**



**I**



**N**



**O**



**V**



**A**



**D**



**O**



**R**



**A**



A V A N Ç O S E

D E U M A

E X P E R I Ê N C I A



Logo no início de nossas atividades ficou estabelecida uma rotina de reuniões quinzenais e a possibilidade de mudança quando necessário. Outrossim, buscamos não só ajustar a disponibilidade de cada um dos participantes do grupo, mas levar em conta o calendário da Copa do Mundo de Futebol e o planejamento deste Regional, incluindo as Subsedes.

Tentamos, na medida do possível, não criar mais eventos e incluir o tema na programação já existente. Isso não foi fácil, em parte por ainda não termos uma prática de planejamento em conjunto e a articulação com as diferentes comissões ser ainda incipiente. De fato, em alguns momentos não conseguimos realizar atividades em conjunto, ou melhor, pensar conjuntamente. E esse pensar em conjunto diz respeito à construção de estratégias para mobilizar a categoria e as diferentes comissões para debater as temáticas.

Na medida em que íamos definindo nossas ações, fomos também percebendo a necessidade de estarmos presente em alguns espaços e buscar parcerias para implementação de algumas ações. Ao mesmo tempo, nos demos conta da complexidade da tarefa que nos propusemos a realizar.

A título de exemplos ou analisadores, relataremos alguns episódios que ajudarão no entendimento do que expusemos acima.

Numa de nossas reuniões, tivemos como ponto de pauta três assuntos: a organização de um ciclo de debates, a confecção de um folder sobre o GT e a discussão acerca do Nome Social das

Travestis, inclusive na carteira da(o) psicóloga(o)<sup>7</sup>. Praticamente todo tempo da reunião foi despendido no debate sobre o Nome Social, exatamente por constatarmos uma lacuna ética para lidar com as diferenças no próprio Sistema Conselhos, apesar de existir uma Nota Técnica do CFP sobre a questão. Veio-nos, então, a pergunta: como envolver os funcionários dos próprios Conselhos nessas temáticas, inclusive o nosso? Vimos constatando dificuldades e até preconceitos no trato com travestis e transexuais. Urgia, então, fazer um encaminhamento, tendo surgido a proposta de utilizar o dispositivo criado pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), em parceria com a Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH), denominado *Dialogando com o CRP*. Deliberamos que no mês de junho de 2014 o diálogo com a(o)s psicóloga(o)s seria sobre a questão das Diversidades de Gênero e Identidades Trans. Vale destacar que os funcionários também deveriam ser convidados para o evento.

Terminada a reunião, verificou-se que os outros assuntos (folder e ciclo de debates) sequer tinham sido discutidos. Voltamos a nos reunir no mês seguinte e já outros assuntos urgentes vieram à baila – todos relacionados aos objetivos do GT, por certo. Convide para participar de uma mesa no V Congresso da ABGLBT, em 24/05/14, em Niterói; palestra de Carl Hart na UNB; informes sobre a ANPSINEP – Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadores e informe de Rui Massato acerca da grande

---

7 Na carteira da(o) psicóloga(o), o nome social está colocado no campo “observação”. O que as travestis reivindicam é que o nome pelo qual se identificam seja acolhido no lugar onde está o nome de registro e este colocado no campo “observação”.

quantidade de material didático sobre a Lei 11.645/08<sup>8</sup> à disposição no Museu do Índio e que sequer estava sendo utilizado pelos professores. Passamos, então, a entender melhor a necessidade de pautar essa temática, inclusive a Lei 10.629/03, junto às Secretarias Municipais e a Estadual de Educação.

Muitos outros assuntos foram surgindo: o Programa de Saúde nas Escolas (PSE), cujo material utilizado precisava ser estudado para se avaliar em que medida ele favoreceria ou não o respeito às diversidades; o nome social na ficha de inscrição do ENEM; o Encontro Regional dos Estudantes de Psicologia (EREP), de 01 a 04/05/2014, em Campos dos Goytacazes. Ao fim da reunião e de tantas aberturas de links (à maneira de um hipertexto), o que conseguimos finalmente de concreto foi encontrar a data e horário para a realização do Dialogando com o CRP: 23/07/2014, às 14h na sede do Conselho Regional de Psicologia. Além disso confirmamos o título – A pele que habito – e definimos os convidados para a mesa. Ainda não queríamos acreditar que não teríamos pernas e braços suficientes para dar conta de atuar a partir de tantas demandas e urgências.

E nesse ritmo de muitos assuntos a tratar, pouca assertividade e tempo para resolver *pendências* que iam se acumulando de uma reunião para outra, fomos avançando ao longo dos meses, alternando a preparação do evento *Dialogando com o CRP* e a produção de material para divulgação do mesmo, inclusive um folder cujo

---

8 Lei nº 11645/08 – Altera a Lei nº 9364/96 – modificada pela Lei nº 10639/03 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”

conteúdo contemplaria as Resoluções 01/99, 018/02 e 014/11 do CFP, a Nota Técnica sobre Identidade de Gênero, também do CFP e faria referência aos direitos dos povos originários (índios), ciganos, quilombolas e ao combate à intolerância religiosa. Chegamos a esboçar um protótipo de como seria esse folder, porém não chegamos a concretizá-lo, embora outras reuniões tivessem sido agendadas para definir seu conteúdo. Continuávamos acreditando em pernas e braços suficientes.

Na verdade, estivemos sempre atropelados pela urgência de criar uma estratégia para enfrentar os desafios que o GT parecia nos apontar: atender a uma extensa agenda de compromissos que íamos assumindo ao longo dos meses e ao mesmo tempo pensar em como despertar o interesse das(os) psicóloga(os) para as temáticas em tela, além de procurar dar visibilidade aos trabalhos já existentes.

Começamos a levantar a suspeita de que em algumas ocasiões parecia que agíamos isoladamente. Por exemplo, no evento realizado em Petrópolis, o CinePsi, cujo debate foi realizado a partir do documentário *Transhomem ou Homem Trans*, não esteve presente nenhum debatedor da temática racial. Mas, poderíamos afirmar que esse fato significaria isolamento entre as temáticas encampadas pelo GT? Ou que apenas não pudemos todos comparecer por atropelos de agenda de compromissos? Foi uma questão que precisamos enfrentar posto que essas “faltas” ocorreram em diversas ocasiões. Foi na preparação do evento *Dialogando com o CRP: A pele que habito* que começamos a desconfiar do tamanho finito de nossas pernas e braços e de que os equívocos cometidos poderiam ter muito a ver com a metodologia que estávamos utilizando.

A tarefa principal do GT não deveria estar centrada na produção ou na participação de eventos. Ou melhor: não importava tanto se o tema em destaque fosse relativo à raça/etnia ou à diversidade de gênero e identidades trans. O mais urgente e necessário era trabalharmos todos na mobilização da categoria para fomentar o debate nas comissões, isto é, transversalizar os temas e as ações.

Foram muitos os equívocos atribuídos à metodologia do GT. Por isso, talvez, a “incapacidade” do grupo ir adiante, inclusive mantendo a regularidade das reuniões, residisse no fato do grupo não estar inteiramente convencido de que o GT era de fato o caminho para trabalhar as temáticas propostas. Isso vai aparecer de forma bem destacada na reunião de 29/08/2014, que teve como pauta a avaliação das ações do GT, quando completávamos 06 (seis) meses de atuação (prazo previsto pelo Regimento Interno do Conselho para o encerramento das atividades do grupo ou para solicitar sua prorrogação).

Face às dificuldades de implementação das ações propostas, em especial a articulação com as diferentes comissões aliada à escassa ou nenhuma produção de material educativo, à precariedade na divulgação dos eventos e à complexidade das temáticas envolvidas e pouco entendidas e trabalhadas nos diversos grupos, os participantes do GT entenderam como necessária a prorrogação das atividades por mais 06(seis) meses, garantidos pelo Regimento. Entretanto, embora todos os integrantes do GT estivessem de acordo com a prorrogação e continuidade do agendamento e efetivação de eventos, foi muito difícil manter a regularidade e a coesão do grupo, tanto nos eventos quanto nas reuniões. Sempre pairou no ar e, muitas vezes foi exposta, a nossa divergência quanto aos desdobramentos daquela experiência,

sendo uma delas criar ou não comissões temáticas específicas.

Naquela reunião procuramos rever os objetivos do GT, em especial sobre a articulação com as outras comissões e grupos. Constatamos que a divulgação dos eventos tinha sido precária, que a complexidade das temáticas envolvidas ainda não era “entendida” ou, melhor, não era trabalhada nos diversos grupos. Surge aí a questão: uma *Comissão* seria o caminho para tratar dessas temáticas? Esta é uma pergunta que vai se repetir em diversos momentos do funcionamento e para a qual o grupo não teve uma resposta consensual. E é mais precisamente a partir dessa avaliação que foi ficando cada vez mais difícil reunir o GT, seja pela divergência explícita ou não quanto à criação de comissões, seja em função dos compromissos que iam sendo assumidos pela atuação do grupo. Naquele momento já tínhamos representação no Comitê Técnico da Saúde da População LGBT e participação garantida nas Plenárias de Organização e Mobilização Estadual da Marcha de Mulheres Negras, em Brasília, 2015; na Articulação de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) (ANPSINEP); no Fórum de Enfrentamento do Genocídio do Povo Negro etc. É sempre bom ter em conta que essas representações não existiam/existem de forma independente, elas expressavam e expressam a diversidade de temas e questões em debate na Comissão Regional de Direitos Humanos e, por conseguinte, cabia estar nesses espaços enquanto membros da CRDH do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

A seguir faremos o relato de quatro experiências e/ou eventos. Entendemos que talvez eles possam ser vistos como analisadores de um certo modo de funcionamento de grupo, da instituição a qual o grupo está vinculado e da própria sociedade, seguido de alguns depoimento que apontam nessa direção.

Talvez cause estranheza o fato de alguns depoimentos se reportarem a experiências individuais, porém os consideramos válidos na medida em que os mesmos expressam algo que está para além da interioridade dos sujeitos envolvidos. A subjetividade é “essencialmente social e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares” (GUATTARI; ROLNICK, 1989)<sup>9</sup>.

Com o fito de tornar a leitura mais amena, deixamos para o final a lista dos eventos e participações do GT.



## **DIALOGANDO COM O CRP – A PELE QUE HABITO**

Realizado no dia 23 de julho de 2014, das 14h às 17h, na sede do CRP RJ. Estiveram presentes como debatedoras as psicólogas Jaqueline Gomes de Jesus – mestre em Psicologia (UNB), doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (PSTO) (UNB), pós-doutoranda da Fundação Getúlio Vargas e conselheira

---

9 GUATTARI, F.; ROLNICK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1999, p.33.

do CRP-DF – e Maria da Conceição Nascimento – CRP 05/26929, graduada em Psicologia pela UFF; pós-graduada pela UFF em Raça, Etnias e Educação no Brasil; mestre em Psicologia pela UFF; psicóloga clínica; membro da Articulação Nacional de Psicólogo(a) s Negro(a)s e Pesquisadore(a)s e conselheira do CRP/RJ.

O debate sobre a implicação da psicologia e seus profissionais com a questão da identidade de gênero e as relações étnico-raciais contou com mais de 40 pessoas presentes. A psicóloga Jaqueline Gomes de Jesus pontuou alguns desafios da psicologia para avançar no debate sobre a questão da identidade de gênero e da questão racial. “Nosso grande desafio é fazer essa interlocução, colocar em debate esse modelo imposto que é a de uma sociedade branca, sexista. O nosso papel é debater as várias contradições dessa lógica”.

Em sua fala, Jaqueline lembrou as últimas vítimas de violência policial no Rio de Janeiro, nos últimos meses. Afirmou ainda que existe em marcha um genocídio da população negra no país. “Há um genocídio da juventude negra. O problema é que este não tem a mesma visibilidade que qualquer outro caso de violência sofrida pela população branca”. Para ela, isto ocorre, e de forma naturalizada, porque existe uma lógica de cidadania que contradiz o que se afirma na constituição. “Temos uma lógica de quem é ‘mais’ humano ou ‘menos’ humano; é uma sociedade racista”.

O fortalecimento do feminismo negro no país, segundo as debatedoras, mostrou a supervalorização na sociedade de um modelo de mulher referido como padrão – branca e de classe média –, permanecendo a diversidade da mulher brasileira invisibilizada. Na atualidade, temos outra discussão que se coloca como impor-





tante: a do *transfeminismo* – um debate sobre gênero e identidade sexual. Nesse sentido, as discussões sobre o feminismo auxiliam a aprofundar as discussões sobre sexualidade e gênero.

A conselheira Maria da Conceição apontou que, desde a universidade, seria necessária a discussão desses temas para que a sociedade, a psicologia e a(o)s psicóloga(o)s desconstruam os estereótipos. “Necessitamos enxergar as pessoas; existe a necessidade de conhecermos de onde vêm os estereótipos sobre as pessoas negras, sobre as mulheres negras. Temos que conhecer a nossa história e saber como se deu a construção dos estereótipos sobre essa população, como se deu essa construção na sociedade. Conhecer é uma forma da gente escapar desse aprisionamento que é o estereótipo”.

Na nossa preparação para o evento *Dialogando com o CRP*, sugeri que convidássemos a colega Jaqueline Gomes de Jesus para ser uma das facilitadoras e o fiz por dois motivos distintos. O primeiro deles é que Jaqueline sempre esteve envolvida nos movimentos de luta pelas causas étnico-raciais em Brasília/DF, onde a conheci. Posteriormente, atuou também na defesa da diversidade de gênero. Foi falando sobre gênero que, em janeiro de 2011, eu a vi pela primeira vez no seminário da Anavtrans – ONG de travestis, mulheres e homens transexuais do DF. Além da experiência nos movimentos sociais, Jaqueline também é doutora em Psicologia Social e, no momento em que a convidamos, iniciava seu pós-doutorado na FGV do Rio de Janeiro.

O segundo motivo pelo qual sugeri o nome da Jaqueline foi porque ela é uma das poucas psicólogas trans no Brasil. Hoje (dezembro de 2014), somos apenas três: eu, Jaqueline e uma colega de Goiânia/GO; e de psicólogos trans temos um colega aqui do Rio e o nosso querido João Nery, que não atua mais como psicólogo, mas como escritor. Então, a escolha da Jaqueline teve esse propósito: se é para falar das pessoas trans, eu me perguntei por que não convidar uma pessoa que experimenta na própria pele o dia-a-dia de ser uma pessoa trans?

Quanto à preparação do evento *Dialogando*, devo dizer que foi tensa, custosa, difícil. É bom ressaltar aqui que essa é a minha opinião particular e não necessariamente a do GT. Houve momentos divertidos, é claro, mas até o último instante senti uma pressão muito grande dos próprios acontecimentos que foram nos cercando e tomando conta dos nossos humores. Talvez tenha sido assim por causa do tema das identidades de gênero, que é polêmico inclusive dentro do movimento LGBT. Eu mesma, embora me posicione politicamente como travesti, me coloco fora de qualquer identidade, pois acredito que identidades mais cerceiam do que libertam. Aliás, a própria existência da identidade já é uma forma de delimitar o que poderia “ficar solto demais”, na opinião de outros.

Outro motivo que pode ter causado conflito na preparação do *Dialogando* foi o das “prioridades” na cria-

ção de uma comissão para além de um GT. Quando se fala na defesa dos Direitos Humanos – e o nosso grupo era um GT da Comissão Regional de Direitos Humanos – fazemos a pergunta: que causas devem ser prioritárias? As causas étnico-raciais, as causas LGBTs, as causas indígenas ou as causas da população em situação de rua? Se a resposta for “todas as causas são importantes, inclusive muitas outras que não foram citadas”, então como justificar a criação de uma Comissão Regional para uma causa e não criar para outra? Por exemplo, criar uma Comissão LGBT e não criar uma comissão de Relações Étnico-Raciais? No entanto, se todas as causas são prioritárias, teríamos que criar pelo menos uma dúzia de comissões para atender a todas as demandas. Para mim, então, a tentativa de resolver essa “prioridade” foi outro fato gerador de tensão que acabou refletindo na preparação do nosso *Dialogando*.

Além da Jaqueline, participou também da mesa como facilitadora a coordenadora do GT, Maria da Conceição, que foi a pessoa que trouxe para dentro do CRP-RJ o debate aberto sobre as relações étnico-raciais e a Psicologia. Além do pioneirismo, achei a atitude dela também de muita coragem, já que os espaços ditos “de poder” (e o Sistema Conselhos como autarquia e entidade de classe também é um deles) são quase sempre refratários às mudanças. Posteriormente, ou melhor, simultaneamente, Conceição esteve também envolvida na organização do *II Encontro Nacional de Psicólogos(os) Negras(os) e Pes-*

*quisadoras(es) das Relações Raciais e Subjetividades* (PSI-NEP), uma demanda do movimento social negro e que contou com a parceria de alguns Conselhos Regionais de Psicologia. Ela, juntamente com outra(o) s psicóloga(o)s, compõem o grupo de organização desse evento que, no próximo ano, caminha para sua terceira edição.

Para concluir, ressalto aqui o título que escolhemos para o *Dialogando: A pele que habito*. Pois quem está na pele de ser negra ou negro, travesti ou transexual, lésbica ou gay, bissexual ou transgênero, ou seja, em pelo menos uma dessas ditas “minorias”, sabe bem como é penoso habitar um espaço que deveria ser de todas(os).

(Depoimento de Maiara Fafini, 2014)



## CINEPSI – SUBSEDE DO CRP/RJ EM PETRÓPOLIS

Realizado no dia 17 de julho de 2014, das 18h30 às 21h30, na Casa Cláudio de Souza, Centro, Petrópolis (RJ). Foi projetado o documentário *Transhomem ou Homem Trans*, filmado durante o 7º Encontro de Travestis e Transexuais do Sudeste, em maio de 2012, em Belo Horizonte (MG). O filme de 22 minutos traz o depoimento de sete homens trans que relatam como foi lidar com as questões que envolvem a identidade de gênero: nome social, aceitação da família, cirurgias, *hormonização* e preconceito da sociedade.

As facilitadoras do debate posterior ao vídeo foram Priscila Gomes Bastos – psicóloga, conselheira da XIV Gestão do Conselho Regional de Psicologia (CRP-RJ), presidente da Comissão de Políticas Públicas do CRP-RJ e representante no Conselho Estadual dos Direitos LGBT/RJ (CELGBT-RJ) – e Maiara Fafini – travesti e psicóloga, colaboradora da CRDH do CRP RJ e participante do GT Diversidades.

Falar sobre as identidades *trans* é dizer da minha vida. É o que fui fazer em Petrópolis. Aliás, dizer que fui falar de “identidades trans” é um reducionismo. Encaixar-me dentro de uma identidade é a última coisa que quero, pois que as identidades foram criadas com esse intuito mesmo: o de enquadrar, encaixotar, circunscrever o indomável e o caótico em nós.

Mas me sirvo delas também – das identidades – como ferramenta política. Foi com esse intuito político de crítica ao “dever ser” que pedi que me apresentassem como “travesti e psicóloga” no folder virtual de divulgação do CinePsi. Essa forma de apresentação causou incômodo pelo menos para uma pessoa, que achou desnecessária a publicação ostensiva da minha identidade “travesti”. E, se por um lado, o meu objetivo não era o de causar incômodo, por outro lado não iria ocultar a diversidade da vida com medo de incomodar o *status quo*.

Como provocação inicial, a colega Priscila escolheu um documentário muito interessante, *Transhomem ou Homem Trans*, que retrata a vida de alguns amigos nossos – uns, inclusive, conhecemos pessoalmente. O próprio fato de estar ao lado da Priscila foi para mim também uma grande satisfação. Nunca tínhamos participado de um evento juntas e, nos poucos momentos em que nos víamos na cidade do Rio de Janeiro, era em meio a muita correria de reuniões, seminários, atividades. Mas, nesse dia, mesmo em uma viagem igualmente corrida, o próprio tempo

dos deslocamentos – interstícios com os quais a vida nos brinda – e a coincidência do seu aniversário no dia anterior (16 de junho) serviram de recheio para a delícia que foi a passagem pela “Cidade de Pedro”.

Após a exibição do documentário, falamos sobre os desafios pelos quais tem que passar uma pessoa trans (aqui, mais um rótulo que vou me permitir usar, “pessoa trans”). Desafios do cotidiano: a dificuldade de conseguir usar – nos documentos – o próprio nome (chamado de “nome social”); a rejeição da família; a discriminação da sociedade; as dificuldades de arranjar um emprego; o burocrático e cruel “processo transexualizador”; a hormonização e inúmeras outras dificuldades que praticamente inexistem para uma “pessoa comum”.

As pessoas que foram assistir ao documentário e participar do debate eram em número de trinta, aproximadamente – a maioria mulheres, jovens psicólogas. Foram muito receptivas à quantidade enorme de informações que eu e Priscila transmitimos, já que se tratava de um assunto relativamente novo e pouco discutido nos cursos de psicologia. Abro aqui um parêntese: pessoas como eu existimos desde sempre, há milênios pelo que se saiba; no entanto, nos últimos duzentos anos, ganhamos o rótulo de “travestis”, “lésbicas”, “gays” e fomos transformadas em “anomalia”, um caso de polícia e, mais ultimamente, um caso de “doença” a ser curada, ou seja, até ontem, um assunto extra curricular. Fecho o parêntese.

Foi uma noite agradável, calorosa, apesar das baixas temperaturas do mês de junho na serra metropolitana (abaixo dos 15°C, naquele dia). Partilhamos livremente nossas experiências sobre o assunto das diversidades de gênero e fomos bem acolhidas, bem recebidas pela(o)s psicóloga(o)s e por nossas anfitriãs da Casa Cláudio e da Subsede Região Serrana.

Depois do evento, do lado de fora do prédio histórico, soprava um vento gelado pela Praça da Liberdade, centro da cidade, local que levou esse nome porque, há mais de um século, “escravos livres” aguardavam nessa praça para comprar a liberdade de seus irmãos ainda cativos nas senzalas.

Paramos no bar da esquina e pedimos um vinho. E, lá pelas tantas da madrugada, momento em que as emanações etílicas já não nos permitiam precisar nem horas nem minutos, eu pensava: “oxalá Dionísio nos dê a sobriedade necessária para entendermos que mundo é esse de ‘pessoas livres’ que dizem que somos. Livres de quê? Ou livres para quê?”

(Depoimento de Maiara Fafini, 2014)

## RODA DE CONVERSA SOBRE PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS

Realizada em Campos dos Goytacazes no dia 13/08/2014, na Sub-sede Norte/Noroeste Fluminense do CRP-RJ e coordenada pelas psicólogas Andris Cardoso Tibúrcio e Maria da Conceição Nascimento, conselheiras do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro e da CRDH – Eixo Relações Raciais e participantes do GT Diversidades.

A atividade teve quatro momentos distintos:

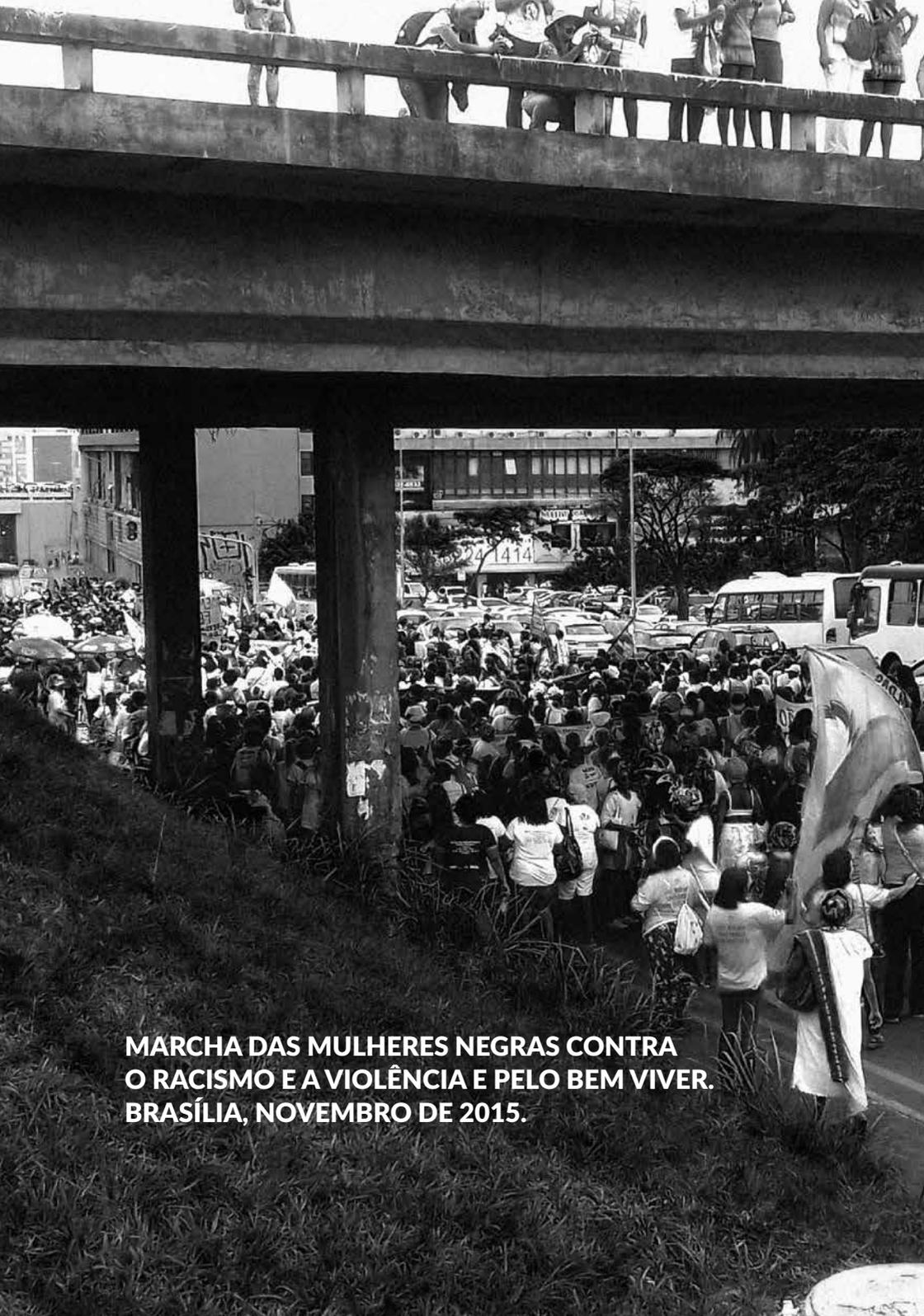
Início, quando foi solicitado aos presentes, a maioria estudantes, que escrevessem em poucas palavras a sua expectativa com relação ao tema da roda de conversa.

Exibição do curta-metragem *Cores e Botas*, de Juliana Vicente. O filme trata do cotidiano de Joana, uma menina que sonha ser Paqueta e que, movida por esse desejo, participa de um concurso para ser Paqueta na escola onde estuda. Tudo correria sem sobressaltos se Joana não fosse uma menina negra.

Discussão sobre as questões levantadas pelo filme: os padrões estéticos veiculados e estabelecidos pela mídia e sua influência nas escolhas da personagem Joana – uma menina negra que desejava ser Paqueta. O filme foi disparador de um debate muito rico sobre preconceito e discriminação racial, contribuindo para desmitificar a ideia corrente de que o problema

que temos a enfrentar diz respeito à classe social e não ao pertencimento étnico-racial de cada um. Ora, a família negra retratada no filme é de classe média e nem por isso Joana – a personagem principal – se livra dos preconceitos na escola onde estuda. A família de Joana, assim como as demais personagens envolvidas na trama, expressa muito bem um modo de ser e estar no mundo, uma maneira de se relacionar com as pessoas e as coisas, o que é comum no nosso cotidiano. O filme contribuiu para pensar a subjetividade hegemônica, cujo ideal de ego afirmado e reafirmado é o branco.

Para finalizar fizemos uma breve exposição sobre o *II Encontro Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadores* (II PSINEP), ocorrido em maio de 2014, em Recife (PE), destacando a importância do evento para a incremento do debate entre a(o)s psicóloga(o)s sobre o tema do racismo. Na avaliação final, a(o)s participantes problematizaram mais uma vez algumas questões trazidas pelo filme, tais como as relacionadas à imposição de modelos e a realidade da formação em psicologia, na qual esses temas são pouco ou nada discutidos. A plateia parabenizou a Subseção Norte/Noroeste Fluminense do CRP-RJ pela iniciativa de promover uma roda de conversa sobre psicologia e relações raciais.



**MARCHA DAS MULHERES NEGRAS CONTRA  
O RACISMO E A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER.  
BRASÍLIA, NOVEMBRO DE 2015.**



## CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA DE TV

Agendado para o dia 04/09/ 2014, no Rio de Janeiro.

[Com o intuito resguardar privacidades, são fictícios os nomes do programa e das pessoas relacionadas à produtora de TV]

Recebi dos colegas Rui e Janne o convite para participar do programa *Falando Sério*. O convite havia sido enviado por e-mail pela produtora Câmera e TV à Assessoria de Comunicação do CRP/RJ, que o encaminhou aos colegas citados. Dizia o seguinte:

“Prezados, Boa tarde.

Eu sou produtora do programa *Falando Sério* da Câmera e TV e estou entrando em contato para fazer uma solicitação.

No dia 11 de setembro, na próxima quinta-feira, o programa vai falar sobre “os limites da vaidade”.

Nesse programa vamos querer abordar o crescimento da procura por procedimentos estéticos motivados pelas redes sociais, os limites éticos que devem existir por parte dos profissionais da área de estética, a busca pela perfeição, motivos e causas desse fenômeno. Vamos comentar sobre os casos na mídia como as “barbies” reais, a mulher que

passou por procedimentos estéticos para ficar mais parecida com a sua imagem nas *selfies* pós-edição etc.

Para isso queremos montar um time com especialistas de áreas diferentes como cirurgia plástica e psicologia.

Entro em contato para solicitar a participação de um psicólogo da cidade do Rio de Janeiro que possa discutir este assunto com propriedade e que esteja interessado em participar dessa discussão.

Caso haja interesse, estarei à disposição para esclarecer qualquer dúvida que possa surgir e informar sobre todo o processo.

Para conhecer o nosso programa, clique aqui [...]. Um grande abraço e um ótimo dia

Clarice”

Sobre a solicitação de Clarice, fizemos internamente a seguinte auto-reflexão: Quem disse que a vaidade tem que ter limites? Vaidade, filha da Luxúria, o 3º pecado capital. “Há que se dar limite ao pecador!”. O “estabelecimento de limites” lembra-me o ‘velho’ biopoder *foucaultiano*. O controle dos corpos: Qual corpo pode ou não fazer cirurgia? E quais cirurgias são permitidas ou vetadas; incentivadas ou demoni-

zadas? Estética ou aberração? A mim, me encantou mais a ideia da Barbie humana – *cosplay* na própria pele que habita – do que a da famosa “barriga negativa”. Mas gosto é gosto e cada um tem um.

No que diz respeito à ética ou aos códigos de ética, me vem mais uma vez à cabeça o CONTROLE. O controle externo, de uma instância externa ao sujeito. Não celebramos a ética dos sujeitos, dos afetos subjetivos ou o pacto que os sujeitos éticos – livres e conscientes e, por isso, responsáveis – acordam entre si. Mas, ao contrário, fala-se de uma ética vinda de fora, reguladora, que imporá os tais “limites” ao “sujeito insubordinado e rebelde” e punirá os recalcitrantes. O legalismo, não se contentando em si mesmo, desceu à mais uma instância, à do Código de Conduta Interna de empresas e categorias profissionais.

Respondi então a Clarice, com a seguinte mensagem:

“Olá, Clarice! Como vai?”

Meu nome é Maiara Fafini, sou travesti e também psicóloga.

Recebi o convite de um amigo do Conselho Regional de Psicologia sobre a gravação do programa “Os limites da vaidade”, em 11 de setembro próximo. Sobre o tema – pelo menos nos programas a que tenho

assistido – percebo como o sujeito tem sido culpabilizado pelas cirurgias que faz ou que deixou de fazer. Dessa forma, entendo que o foco não estaria tanto na vaidade do sujeito que vai buscar a cirurgia. Estaria talvez na vaidade do cirurgião – o artesão dos corpos – ou, ainda, mais na vaidade do próprio sistema de representações: televisão, revistas de moda, passarelas, mercado da moda, enfim, o padrão de beleza branca e europeia vendido desde 1500 como o único modelo válido ou modelo ideal de beleza.

Ressaltaria ainda – e com maior ênfase – a indústria da cirurgia plástica, que deve estar faturando um bom dinheiro. E, nesse ponto, as coisas são realmente delicadas, pois, se de um lado há necessidades urgentes de cirurgia, por outro lado há um nicho de mercado promissor para ganho de dinheiro com as alterações corporais, um nicho de mercado que fará boas parcerias com a Indústria Médica (o Mercado da “Saúde”) e com a maior dela, a Indústria Farmacêutica – e incluo aqui também todos os insumos da cirurgia plástica: próteses, cintas, etc.

E como todo mercado não vive sem o marketing, a mídia também é uma forte parceria na divulgação das plásticas, seja a mídia televisiva, impressa escrita ou digital, como é o caso das redes sociais.

Se quiser me contatar, meu e-mail é [...] e meu telefone é [...], mas se você já tiver arranjado outra pessoa, então fica para uma próxima vez.

Beijocas, uma ótima sexta-feira e um lindo final de semana!

Maiara Fafini”

E Clarice, gentilmente, me respondeu:

“Maiara, Boa tarde. Em primeiro lugar gostaria de agradecer o seu contato.

Muito bom receber o seu e-mail. Muitas informações importantes estão contidas ali e podemos perceber que você tem propriedade para falar sobre este assunto. Infelizmente tivemos um imprevisto com este tema e ele está no que costumamos chamar de “geladeira”.

Estamos aguardando uma data comemorativa ou pelo menos uma mais propícia, para falarmos deste tema. Foi um pedido da direção do programa e da apresentadora.

Assim que voltarmos a trabalhar com este tema, entrarei em contato com você.

Grande abraço e até breve!

Clarice”

(Depoimento de Maiara Fafini, 2014)



**O**



**P**



**R**



**O**



**J**



**E**



**T**



**O**



A construção do projeto do GT se deu nos meses de janeiro e fevereiro de 2014, porém somente em março ficou estabelecido um calendário de atividades. Este último constou basicamente de:

**01 / Reuniões quinzenais;**

**02 / Rodas de conversa;**

**03 / Participação em eventos;**

**04 / Convites e participações especiais.**

#### **01 / Reuniões quinzenais**

Tiveram como objetivo a organização, definição e planejamento das atividades do próprio GT, produzir material, fazer contato com outras instituições e fazer o registro das atividades (atas).

#### **02 / Rodas de conversa – datas e breve descrição**

##### **Dia de Tereza de Benguela e da Mulher Negra Afrolatina, Americana e Caribenha.**

Realizada no dia 25 de julho de 2014 das 17h às 19h, no Auditório Darcy Ribeiro da Biblioteca Parque Estadual (espaço da Secretaria de Estado de Cultura) – Av. Presidente Vargas, 1261, Centro, Rio de Janeiro (RJ). Este evento foi realizado em parceria com a Biblioteca Parque Estadual e o Fórum de Psicologia e Relações Raciais do Rio de Janeiro. Teve como facilitadoras Neusa das Dores Pereira – diretora Executiva da ONG Coisa de Mulher – e Maria da Conceição Nascimento – psicóloga, CRP 05/26929, conselheira do CRP RJ. Mediadora

da Mesa: Andris Tibúrcio – psicóloga, CRP 05/17427, conselheira e Presidente da Comissão Especial de Psicologia e Saúde do CRP/RJ;

### **Psicologia e Relações Raciais**

Realizada em 13 de agosto de 2014, em Campos dos Goytacazes na Subsede Norte/Noroeste Fluminense. Facilitadoras: Andris Cardoso Tibúrcio – psicóloga, CRP 05/17427, conselheira e presidente da Comissão Especial de Psicologia e Saúde do CRP/RJ – e Maria da Conceição Nascimento – psicóloga - CRP 05/26929, conselheira do CRP RJ. A partir da exibição do curta-metragem *Cores e Botas*, de Juliana Vicente, discutimos sobre os padrões estéticos veiculados e estabelecidos pela mídia e sua influência nas escolhas da personagem Joana – uma menina negra que desejava ser Paqueta. Em resumo, o filme contribuiu para pensar a subjetividade hegemônica, cujo ideal de ego afirmado e reafirmado é o branco. Na ocasião também fizemos uma breve exposição sobre o *II Encontro Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadores (II PSINEP)*, ocorrido em maio de 2014, em Recife (PE).

### **O CRP-RJ e sua responsabilidade social com as diversidades étnico-raciais e identidades de gênero**

Apresentação de trabalho realizada no dia 29 de agosto de 2014, das 14h às 16h, na VIII Mostra Regional de Práticas em Psicologia, UERJ, Bloco F, 10º andar – Campus Maracanã. Teve como facilitadoras(es) Alexandre França, CRP 05/32345; Andris Cardoso Tibúrcio, CRP

05/17427; Maiara Fafini, CRP 05/43721; Maria da Conceição Nascimento, CRP 05/26929; e Priscila Bastos, CRP 05/33804.

### **Racismo Institucional – debate**

Realizado no dia 27 de novembro de 2014, das 19h às 21:30h, na Casa Cláudio e Souza, Petrópolis (RJ) – Subseleção Região Serrana. Teve como facilitadoras as Psicólogas Luciene Lacerda, CRP 05/09715, e Maria da Conceição Nascimento, CRP 05/26929. Esse evento foi prejudicado pelas fortes chuvas que caíram sobre a região, dificultando o acesso das pessoas ao local do evento.

## **03 / Participação em eventos**

### **Reunião ampliada – Controle Social – 08/02/2014**

Palestra Processo Transexualizador, com a Psicóloga Priscila Bastos (CRP 05/33804).

### **Debate sobre o Documento do CREPOP – 18/02/2014**

*Relações raciais: referências técnicas para a prática da(o) psicóloga(o)* (consulta pública).

### **Reunião ampliada – Controle Social – 15/03/2014**

*Debate sobre Racismo Institucional*, coordenado pela Psicóloga Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929).

**Encontro Preparatório para o II PSINEP –  
05/04/2014**

Realizado no auditório do CRP/RJ, teve como debatedores o psicólogo Celso Moraes Vergne (CRP 05/27753) e a psicóloga Luciene Lacerda (CRP 05/09715).

**II PSINEP – II Encontro Nacional de Psicóloga/os  
Negras/os e Pesquisadores**

Realizado de 01 a 03/05/2014 na Faculdade Maurício de Nassau, Recife (PE). Estiveram presentes representando o Regional, as psicólogas Andris Cardoso Tibúrcio (CRP 05-17427), Carina Augusto da Cruz (CRP 05-37581) e Maria da Conceição Nascimento (CRP 05-26929).

**Encontro Regional de Estudantes de Psicologia  
do Estado do Rio de Janeiro EREP-RJ.**

Realizado de 01 a 04 de maio de 2014, em Campos dos Goytacazes (RJ). Esteve presente, representando o Conselho Regional de Psicologia e o GT, o psicólogo Alexandre França (CRP 05- 32345)

### **Congresso da ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis.**

Realizado em Niterói (RJ) entre os dias 22 a 25 de maio de 2014. Estiveram presentes representando o CRP/RJ: Alexandre França (CRP 05- 32345); Andris Cardoso Tibúrcio (CRP 05-17427); Maria da Conceição Nascimento (CRP 05-26929) e Priscila Bastos (CRP 05/33804).



### **CinePsi – com o filme documentário - Transhomem ou Homem Trans**

Realizado no dia 17 de julho de 2015, na Casa Cláudio de Souza, Petrópolis – Subsede CRP RJ Região Serra-na. Teve como facilitadoras Priscila Bastos – psicóloga, CRP 05/33804, conselheira e presidente da Comissão de Políticas Públicas do CRP/RJ e representante deste Regional no Conselho Estadual dos Direitos LGBT/RJ – e Maiara Fafini – psicóloga, CRP 05/43721 e travesti, colaboradora da CRDH do CRP-RJ.

### **Dialogando com o CRP – A pele que habito**

Realizado no dia 23 de julho de 2014 e teve como fa-cilitadoras Jaqueline Gomes de Jesus – mestre em Psi-cologia (UNB); doutora em Psicologia Social, do Traba-



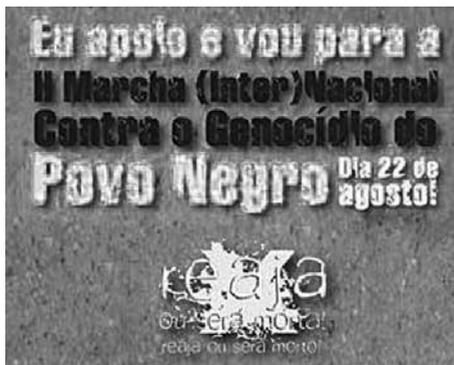


lho e das Organizações (Psto) (UNB); pós-Doutoranda da Fundação Getúlio Vargas; conselheira do CRP-DF – Maria da Conceição Nascimento – CRP 05/26929, graduada em psicologia pela UFF; pós-graduada pela UFF em Raça, Etnias e Educação no Brasil; mestre em psicologia pela UFF; psicóloga clínica; membro da Articulação Nacional de Psicólogos (as) Negros (as) e Pesquisadores (as) e conselheira do CRP/DF.

## **II Marcha (Inter)Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro – 22/08/2014**

Com concentração a partir das 14h na Estação de trem de Manguinhos, a Marcha teve como tema *Pelo direito à vida. Nossos mortos têm voz*. Depois de oficinas de cartazes, das atividades culturais e dos depoimentos emocionados das mães que tiveram seus filhos mortos pela violência policial, sob a liderança das mulheres; a Marcha percorreu várias ruas das localidades da região e seguiu para o Conjunto de Favelas do Alemão. Representando o CRP-RJ, as psicólogas Cláudia Ferreira Pinto (CRP 05/19503 ) e Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929)

**Plenárias de Organização e Mobilização  
da Marcha das Mulheres Negras contra o  
racismo, a violência e pelo Bem Viver.  
Brasília, 18 de novembro de 2015.**



O Comitê de mobilização das Mulheres Negras para a Marcha deliberou; a partir da 1ª reunião em julho de 2014, na cidade do Rio de Janeiro; pela realização de plenárias no maior número de municípios do estado do Rio de Janeiro a fim de atingir um número expressivo de mulheres para participarem da Marcha. Ocorreram plenárias nos municípios de Niterói (02/08/2014); Belford Roxo (18/10/2014); Cabo Frio (08/11/2014); São Gonçalo, entre outros. Participação das psicólogas Cláudia Ferreira Pinto, Luciene Lacerda, Lumena Aleluia e Maria da Conceição Nascimento, representando o CRP-RJ.

**Campanha Nacional pela  
Liberdade de Rafael Braga**

De 01 a 30 de novembro de 2014. Único condenado nas jornadas de junho de 2013, Rafael Braga – jovem, negro, catador de lata, trabalhador – portava 2 garrafas

de Pinho Sol quando foi detido e por isso continua preso até os dias de hoje.<sup>10</sup>

### **Seminário Identidade, Gênero e Raça**

**14.11.2014 – UFRJ**

Realizado no Centro de Tecnologia, na Ilha do Fundão, das 9 h às 13h. A psicóloga Maria da Conceição Nascimento apresentou a palestra *Questão de Raça: o que a psicologia tem a ver com isso?*

### **Congresso Ciência e Profissão**

Conversando Sobre *com o trabalho* O CRP-RJ e sua responsabilidade social com as diversidades étnico-raciais e identidades de gênero

Realizado de 19 a 23 de novembro de 2014, na UNINOVE, S. Paulo (SP). O trabalho foi apresentado pelas psicólogas Maria da Conceição Nascimento (CRP 05 26929) e Priscila Bastos (CRP 05/33804).

## **04 / Convites, parcerias e participações especiais**

### **Convite para participação em programa de TV**

Agendado para o dia 04 de setembro de 2014. Participantes: Rui Massato, Janne Calhau e Maiara Fafini. Após tentativas de organização da pauta do programa, o mesmo foi adiado *sine die*.

---

10 Ver mais em <http://www.cartacapital.com.br/revis-ta/830/o-bode-na-cela-5910>.

**Parcerias:**

ANPSINEP – Articulação de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadores.

Comitê Técnico de Saúde da População LGBT – Grupo composto por vários atores – como Comissões de Classe, ONGs, representantes Municipais e Estaduais – que promovem a saúde da população LGBT no Estado do Rio de Janeiro. A direção do grupo é feita pela Gestão Participativa do Estado do Rio de Janeiro (RJ).

**Participações Especiais:**

Fórum de Psicologia e Relações Raciais do Rio de Janeiro

Marcha das Mulheres Negras – Brasília – 2015

*Participação no GT APAF – Resolução 018/2002- Dispõe sobre atuação da(o) psicóloga(o) frente ao preconceito e discriminação racial.*

# A TÍTULO DE CONCLUSÃO

A violência contra as pessoas indígenas, afrodescendentes, LGBTs, bem como as dirigidas contra todas as outras minorias, compõe um grande mosaico no qual a pedra angular é o estabelecimento de um modo idealizado de vida e de um ser humano padrão, no qual o modelo é masculino, branco, heterossexual, cristão, europeu e, sobretudo, abastado. Quanto mais distante alguém está desse modelo, maior é a rejeição. Aqui, as características ditas “abjetas” se combinam de forma complexa. Por exemplo, um homem branco, gay e diplomata talvez tenha uma rejeição muito menor que uma mulher negra, lésbica e moradora de uma comunidade da periferia. Mas, como diz Michel Foucault<sup>11</sup>, todas e todos estamos capturadas (os), em maior ou menor grau, nas tramas do biopoder. Por isso, estudar, pesquisar, analisar e propor metodologias para as questões de violência às minorias é antes de tudo um trabalho cartográfico entre pequenos e grandes eixos que se atravessam formando uma malha intrincada. Foi nessa busca; *não por respostas prontas, mas para problematizar as estruturas dadas como prontas; não por descobertas e representações do real, mas pela aproximação criativa dentro de um campo de forças nas quais sujeito e objeto se mesclam e se confundem; que se tentou direcionar o GT Diversidades.*

---

11 FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade. S. Paulo: Martins Fontes, 2000.

A partir do término das atividades do GT, optamos por não criar comissões específicas, fora da CRDH, para tratar das temáticas em tela, mas insistir na transversalização das mesmas na Comissão de Direitos Humanos e nas demais comissões já existentes – entendendo tratar-se de temas que exigem ser incluídos nas agendas de todas as atividades do Conselho.

A CRDH tem por objetivo acolher as demandas oriundas de situações de racismo, homofobia, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação e propor ações junto aos psicólogos para o enfrentamento das violações dos direitos humanos e desconstrução desses preconceitos na sociedade.

Retornando ao último parágrafo da *introdução* desta publicação – na qual fica consignada a proposta de discussão da responsabilidade social da psicologia frente às temáticas do racismo, homofobias e transfobias – a conclusão só poderia ser a continuidade e permanência de um trabalho junto à(o)s psicóloga(o)s do Rio de Janeiro, na direção de ressaltar o compromisso da psicologia enquanto ciência e prática profissional; na extensão e consolidação dos direitos humanos a todos os segmentos e grupos sociais, como patamar ético indispensável ao exercício profissional, pesquisando os elementos psicossociais nos processos hegemônicos de subjetivação que sedimentam as ideias pré-concebidas e preconceituosas e debatendo ações e estratégias para a desconstrução das mesmas.

Por fim, com o intuito de fortalecer e operacionalizar *ações* específicas, ratificamos os dois eixos temáticos *já* existentes no âmbito da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ: o Eixo Diversidade Sexual e Identidades de *Gênero* e o Eixo Relações Étnico-Raciais.

# REFERÊNCIAS

# BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, D. Ipea: jovem negro tem 3,7 vezes mais risco de homicídio. In: *Estado*, 17/10/2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ipea-jovem-negro-tem-3-7-vezes-mais-risco-de-homicidio,1086908>>.

COIMBRA, C. M. B. *Operação Rio: O mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor. Niterói: Intertexto, 2001.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GUATTARI, F; ROLNICK, S. *Micropolíticas – cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA JUNIOR, A.; LIMA, V. C. A. *Segurança Pública e Racismo Institucional*. Boletim de Análise Político Institucional. IPEA, nº 1, 2001.

PNUD. Inauguração da exposição 'Trans(ver)' marca o encerramento das ações da Semana de visibilidade Trans no RS. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3800>>.

## XIV PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (2013-2016)

### DIRETORIA EXECUTIVA

Janne Calhau Mourão	(CRP 05/1608) Conselheira-presidente
Maria Helena do Rego Monteiro de Abreu	(CRP 05/24180) Conselheira vice-presidente
Alexandre Trzan Ávila	(CRP 05/35809) Conselheiro-tesoureiro
Ágnes Cristina da Silva Pala	(CRP 05/ 32409) Conselheira-secretária

### CONSELHEIROS EFETIVOS

Alexandre Nabor Mathias França	(CRP 05/32345)
Claudia Simões Carvalho	(CRP 05/30182)
Janaina Sant'Anna Barros da Silva	(CRP 05/17875)
José Novaes	(CRP 05/980)
Juraci Brito da Silva	(CRP 05/28409)
Marcia Ferreira Amendola	(CRP 05/24729)
Maria da Conceição Nascimento	(CRP 05/26929)
Marília Alvares Lessa	(CRP 05/ 1773)
Priscila Gomes Bastos	(CRP 05/ 33804)
Rodrigo Acioli Moura	(CRP 05/33761)
Simone Garcia da Silva	(CRP 05/ 40084)

### CONSELHEIROS SUPLENTE

André Souza Martins	(CRP 05/33917)
Andrés Cardoso Tiburcio	(CRP 05/17427)
Denise da Silva Gomes	(CRP 05/ 41189)
Fátima dos Santos Siqueira Pessanha	(CRP 05/9138)
José Henrique Lobato Vianna	(CRP 05/ 18767)
Juliana Gomes da Silva	(CRP 05/41667)
Patrick Sampaio Braga Alonso	(CRP 05/ 32004)
Vanda Vasconcelos Moreira	(CRP 05/6065)
Viviane Siqueira Martins	(CRP 05/ 32170)

**MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO INTEGRADO DIVERSIDADES DE GÊNERO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS CONSTITUÍDO NO XIV PLENÁRIO:**

**CONSELHEIRAS (OS)**

ANDRIS TIBÚRCIO (CRP 05/17427)

ALEXANDRE NABOR MATHIAS FRANÇA (CRP 05/32345)

MARIA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO (CRP 05/26929)

PRISCILA BASTOS (CRP 05/33804)

**COLABORADORAS (ES)**

RUI MASSATO HARAYAMA (ANTROPÓLOGO - CIENTISTA SOCIAL)

MAIARA FAFINI (CRP 05/43721) - TRAVESTI

**CONSULTORAS(ES) AD HOC**

CELMO MORAES VERGNE (CRP 05/27753)

FÁTIMA LIMA (ANTROPÓLOGA)

TIKO ARAWAK (ESTUDANTE) - TRANS ÍNDIO



C O M I S S Ã O



R E G I O N A L



D E D I R E I T O S



H U M A N O S



2



0



1



6

ISBN 978-85-61280-08-6



9 788561 280086